

# O crescimento estrangulado

Esta é uma visão nova da crise mundial. Seu autor tenta mostrar por que a industrialização acelerada dos anos 70, tentada por alguns países do Terceiro Mundo, veio entrar em crise nos anos 80. Esta tentativa de industrialização acelerada não passou de um *fordismo periférico*, na versão de Alain Lipietz, economista francês com dois livros publicados *chez Maspéro* (*Le Capital et Son Espace* e *Crise et Inflation: Pourquoi?*) e artigos na *New Left Review*, *Espaces et Sociétés* e *Temps Modernes*

Alain Lipietz

A "antiga divisão internacional do trabalho" (na qual o Norte exportava bens manufaturados e o Sul, produtos primários e mão-de-obra) correspondia a um padrão de desenvolvimento dos capitalismo centrais hoje ultrapassados. Nessa época do capitalismo concorrencial, a acumulação do capital não gerava os mercados correspondentes na sua própria esfera. A ameaça de uma crise de superprodução, por subconsumo, permanecia sempre presente (a crise de 1930 foi a última do gênero). As metrópoles capitalistas precisavam buscar mercados para seus produtos no exterior.

Depois da Segunda Guerra Mundial, sob pressão das lutas operárias e da fração "inteligente" do capital (Henry Ford, J. M. Keynes) a tendência à superprodução encontrou sua solução "interna" no ajustamento institucionalizado entre, de um lado, o aumento da produtividade nas empresas (devida à fragmentação do trabalho e à mecanização) e, de outro, o aumento do poder aquisitivo dos assalariados (graças aos contratos coletivos de trabalho e ao Estado-providência). Chama-se *fordismo* a este padrão de acumulação e a este modo de regulação da economia, que combinam fortes ganhos de produtividade e crescimento do salário real. Chama-se "política keynesiana" a política econômica correspondente.

O *fordismo* entrou em crise por causa da desaceleração dos aumentos de produtividade. Esta desaceleração tornou incompatíveis os cus-

tos crescentes da mecanização, a manutenção dos aumentos de poder aquisitivo e a sustentação das taxas de lucro. A crise não nasce, portanto, da falta de mercado: é uma crise de valorização dos capitais. Somente num segundo momento é que o ataque desferido contra o poder aquisitivo das massas populares (para "restabelecer os lucros") provocou uma crise de superprodução. Por conseguinte, não existe uma solução para a crise por um simples reaquecimento da demanda popular.

## Autonomia ditatorial

Face à baixa da rentabilidade, as empresas capitalistas reagiram, procurando localizar suas atividades nas regiões de baixo salário e fraco grau de sindicalização. A organização fordiana do trabalho permitia, efetivamente, a diferenciação geográfica dos três níveis da divisão do trabalho (nível I: concepção; nível II: fabricação qualificada; nível III: montagem desqualificada), as tarefas de níveis I e II ficaram predominantemente no centro desenvolvido e as de nível III foram deslocadas para a periferia. Numa primeira etapa dentro do próprio Centro (Oeste francês, Sul dos EUA...), numa segunda etapa para a periferia imediata (México, Europa do Sul e do Leste), e, depois, ainda mais longe.

No entanto, não se pode atribuir à estratégia das firmas multinacio-

nais o papel de demiurgo, organizando a "nova divisão internacional do trabalho". Também não se pode atribuir o fenômeno ao movimento fantasmagórico da "economia-mundial" ou do "capital mundial". A aparição dos "Novos Países Industrializados" (NPTs) resulta do encontro entre esta tendência do capital e o projeto autônomo, de certos países dominados, de "valorizar" suas reservas de mão-de-obra. Isto supõe nestes países uma autonomia do Estado (geralmente ditatorial), não só em relação às classes exploradas e ao capitalismo central, mas também em relação às antigas classes dominantes locais (orientadas para a exploração dos bens primários).

A primeira fase desta "nova industrialização" (sobretudo o "bando dos quatro" países da Ásia, no decorrer dos anos 60, e hoje, na "segunda onda do NPI": Filipinas, Marrocos etc...) pode ser qualificada de "taylorização sangüinárias". *Taylorização*, porque se trata principalmente de indústria de mão-de-obra intensiva (vestuário, eletrônica) aproveitando-se da exploração milenar das mulheres, acostumadas com o tipo de disciplina requerida. *Sangüinária*, porque suas vantagens competitivas apóiam-se numa exploração espantosa, fundada na força. Este padrão de industrialização é socialmente muito frágil. Além disso, comprime a demanda mundial, ao mudar apenas o lugar no qual os trabalhadores estão. Portanto, se choca com

reações protecionistas de "velhos países", que procuram resguardar os "velhos" empregos.

A forma mais acabada da nova industrialização, adotada nos anos 70 pelo México, Brasil, Coréia etc. é mais interessante. Seja uma herança da primeira política de substituição de importação ou da antiga existência de um capitalismo mercantil, seja graças à promoção, às vezes "milagrosa", das exportações de matérias-primas (caso do petróleo) ou ainda graças à fase de exportação de manufaturas baseadas na "taylorização sangüinária", surge, em certos países, nos anos 70, a conjugação entre um capital local autônomo, com classes médias urbanas relativamente importantes, e embriões significativos de uma classe operária experimentada. Esta conjugação de fatores abre, para certos Estados, a oportunidade de uma nova estratégia de crescimento, que chamaremos de *fordismo periférico*.

Por que *fordismo periférico*?

- Trata-se de um autêntico *fordismo*, fundado no acoplamento da acumulação intensiva e do crescimento dos mercados.

- Mas permanece periférico, em primeiro lugar, porque os circuitos mundiais dos ramos produtivos e as formas de produção e de trabalho correspondentes à fabricação qualificada - principalmente na engenharia - permanecem largamente exteriores a esses países. Em segundo lugar, os mercados correspondem a uma combinação específica entre o consumo das classes médias modernas locais (com acesso parcial dos operários do setor fordista aos bens de equipamento das famílias) e as exportações para o centro, destes mesmos produtos manufaturados, a baixo preço. Assim, o crescimento da demanda social (que é uma demanda social *mundial*), notadamente para os bens duráveis de consumo, é, sem dúvida, acelerado, mas não é regulado com base nacional nos ganhos de produtividade dos ramos fordistas *locais*.

Em suma, trata-se de uma combinação da antiga política de substituição de importações e da política de substituição de exportações que se apóiam, eventualmente, na

promoção das exportações de matérias-primas. Ao mesmo tempo, esta industrialização é acompanhada de um aumento das importações provenientes do Centro. Trata-se, principalmente, de bens de capital produzidos aos níveis I e II da nova divisão do trabalho. Estas importações são compensadas pela exportação de produtos de nível III para o Centro. Portanto, o *fordismo* periférico, enquanto padrão de acumulação, pode ser analisado sob dois ângulos:

- como padrão de acumulação interno a cada NPI;

- como padrão de acumulação conjunto, envolvendo o Centro e os NPIs, do ponto de vista da produção mundial e dos mercados mundiais.

É preciso insistir na extrema variabilidade dos padrões de acumulação que nos propomos a analisar aqui, sob a denominação de *fordismo periférico*. O cociente das exportações (manufatureiras) em relação à demanda interna pode variar, assim, de 4,1%, no México, até 25,4%, na Coréia (em 1978). Em cada padrão de acumulação concreto, a dosagem entre "crescimento da demanda final interna/substituição de importações/reexportação industrial", obviamente, não é a mesma, fato este que, por sua vez, reflete grandes diferenças no modo de atuação do Estado, principalmente, na relação salarial, reflete formas distintas de hegemonia das classes dominantes. Significativamente, o México é relativamente "democrático" e a Coréia, ditatorial.

### Taylorização sangüinária

No entanto, convém falar de *fordismo periférico* apenas quando o crescimento do mercado interno (de produtos manufaturados) desempenha um papel real no padrão de acumulação nacional. Por isso, é preciso destacar o fato de que a Coréia - que alguns ainda qualificam de "plataforma de exportação de manufaturas", acentuando a taylorização sangüinária ainda presente nos segmentos das indústrias de mão-de-obra intensiva - superou, há muito tempo, este esquema, característico do seu crescimento no

período 62-72. A partir de 73, o crescimento industrial deste país se centra novamente no mercado interno: a participação das exportações cai (de 28% para 23%) e depois estabiliza-se. Uma política ativa de restimulo ao desenvolvimento da substituição de importações provoca uma queda na participação das compras externas de 27% para 20% do mercado interno. O salário real, que estava crescendo mais lentamente que a produtividade, começa a crescer muito a partir de 1976, fato este, aliás, que acabará comprometendo a competitividade da Coréia em relação a Taiwan e a outros países asiáticos.

Portanto, é absolutamente impossível considerar esses países apenas como *ateliers* descentralizados a serviço do Centro. Muito pelo contrário, eles assumem cada vez mais (em relação ao restante da antiga "periferia") as características de um capitalismo industrial autocentrado, desempenhando o papel de "Norte dentro do Sul". De fato, a emergência destes países de *fordismo periférico*, combinada com a acumulação de haveres monetários em certos países da Opep, provoca uma verdadeira explosão da periferia, com uma recomposição total da hierarquia produtiva. A "periferia" nunca foi homogênea, mas o elemento novo é o crescimento de fluxos de mercadorias, similares à antiga divisão do trabalho, entre os NPIs e os países que permaneceram apenas exportadores de matérias-primas ou totalmente desprovidos de recursos. Para os bens de consumo duráveis ou nos ramos *banalizados* de bens intermediários (como a siderurgia), e mesmo para a engenharia, os NPIs tornam-se muito competitivos e concorrem com a indústria do Centro. Trocas triangulares entre "matérias-primas, emigração, produtos manufaturados" desenvolvem-se "do Sul para o Sul". De maneira muito significativa, as exportações dos NPIs para o Sul são caracterizadas pelo fato de serem, ao mesmo tempo, mais "regionais", mais "sofisticadas" e mais "capitalísticas" do que as exportações dos NPIs para o Centro.

O sucesso espetacular do Brasil, da Coréia, do México, durante os anos 70, derrubou a tese do "desen-

volvimento do subdesenvolvimento". A "periferia" pode, sim, industrializar-se, crescer, vencer o Centro na concorrência dentro dos ramos manufatureiros, até mesmo nos mais modernos. O crescimento médio do Produto Manufatureiro dos NPIs nos anos 1970-1978 vai de 4,6%, em Portugal, e 6,5%, no México, a 18,3%, na Coreia. O PNB per capita deste último país passou de US\$ 70 a US\$ 2.281, entre 1969 e 1979. Essas taxas de crescimento são similares às dos países do Centro, dos países "socialistas" e dos antigos processos de substituição de importação. O sucesso do *fordismo periférico* parece esmagador, ainda mais pelo fato de que o componente exportador é cada vez mais importante.

### A conjuntura do sucesso

Antes de mais nada, é preciso destacar o caráter restrito, a nível mundial, do sucesso dos NPIs. A Nigéria, o Irã, a Turquia, dos quais esperava-se um papel mais significativo, ou se atolaram de maneira espetacular ou explodiram. Nos anos 80, assiste-se à progressão das lutas operárias, à quebra do crescimento na Coreia, no Brasil, na Polônia. E, em 82, a falência financeira do modelo foi declarada pelo México.

Este sucesso espetacular, porém limitado no espaço e no tempo (década de 70 para a maioria, pouco mais cedo na Europa do Sul), diz respeito a condições tanto internas como externas. Não falaremos muito, aqui, das condições internas, e, sim, das condições externas que têm um peso muito particular (precisamente por se tratar de *fordismos periféricos*).

O padrão de acumulação que tende, de fato, a predominar, é semelhante à industrialização francesa do pós-guerra, com uma primeira fase de reconstrução, graças às importações de bens de capital e "transferência de tecnologia" desde os EUA, financiadas pelo Plano Marshall. Estes empréstimos eram, reembolsados pelas exportações que não supunham ganhos de escala. Uma segunda fase do desenvolvimento do mercado interno inclui a absorção do campesinato às

classes assalariadas e a reconstrução (até 1968) do setor interno de bens de produção.

Mas as diferenças são evidentes: o movimento fordista, na França, já dispunha de uma base industrial qualificada e, sobretudo, dispunha de formas institucionais de integração da classe assalariada. Isto iria criar o mercado interno para o crescimento. O regime de transição do pós-guerra e os empréstimos do Plano Marshall apenas antecipavam a instauração de um padrão de acumulação relativamente autocentrado e a adoção de processos de regulação estatal compatíveis com a soberania nacional. Bem diferente é o caso da industrialização periférica que, enquanto padrão de acumulação e enquanto modo de regulação, é, desde o início, profundamente internacionalizada. Efetivamente, neste caso, o departamento de bens de produção do *fordismo* central abastece um departamento de bens de consumo periférico que produz bens para a população consumidora mundial, dividida entre os consumidores de alta renda, no Centro (porém de crescimento lento), e uma massa periférica cuja renda cresce rapidamente, mas a partir de um nível médio muito baixo.

O desenvolvimento do *fordismo periférico* foi igualmente financiado através de capitais de empréstimo externos. Estes empréstimos estariam garantidos por:

- receitas esperadas das exportações tradicionais (inclusive petróleo);

- "oportunidades de investimento", subordinadas à instalação, em boas condições de rentabilidade, dos novos processos de produção nos NPIs, que supunham o crescimento futuro, rápido, para esta nova produção;

- a reciclagem quase que obrigatória dos empréstimos na compra de bens de capital no Centro.

De maneira unânime, este regime foi julgado vantajoso pela comunidade financeira internacional, sobretudo porque, com o primeiro choque do petróleo, houve uma explosão na liquidez disponível. Os excedentes da Opep, aplicados nos bancos privados, deviam, efetivamente, ser emprestados a qualquer preço. Estes enormes excedentes fi-

nanceiros (deixados em depósito nos bancos ocidentais com o nome de "petrodólares") foram reciclados de maneira brilhante, porém descontrolada, para os países deficitários, em particular para aqueles cuja expansão parecia ser mais promissora - os NPIs. Entre 1974 e 1978, os fluxos de empréstimos internacionais dos principais bancos ocidentais passaram de US\$ 280 bilhões para US\$ 900 bilhões. Os banqueiros sitiavam literalmente os devedores potenciais. O movimento foi reforçado por ocasião do segundo choque ao petróleo.

A partir de então, o financiamento bancário internacional, que acompanha essa internacionalização da produção, supera o investimento direto. Mais genericamente, "a economia de endividamento internacional privado supera não só os investimentos diretos, como também os empréstimos públicos aos países em desenvolvimento". Este fenômeno, essencial nos anos 70, transtorna, aliás, as formas tradicionais da "dependência" (pois são as classes dominantes locais que fazem a "livre escolha" de se endividarem para financiar o consumo e o desenvolvimento).

### Emissão discricionária

Cumprir notar que, do ponto de vista das transferências de recursos da periferia para o Centro (sob condição de agregar os bancos da Opep ao sistema financeiro central, agregação esta que provoca problemas teóricos e políticos, os quais não trataremos aqui), o novo sistema é tão eficaz como o antigo. Não somente as exportações dos NPIs nem sempre compensam suas importações, como também uma parte crescente é destinada ao pagamento dos juros da dívida: à clássica "repatriação dos lucros das multinacionais" acrescentou-se o pesado serviço da dívida.

Antes, denunciava-se o fato de que a conta "capital" do balanço de pagamento (liquida dos lucros remetidos) dos países dominados era geralmente deficitária. Acontece o mesmo hoje em dia no que diz respeito ao endividamento: desde 1979 o serviço da dívida dos "países em desenvolvimento não-

petrolíferos" supera o crescimento anual de sua dívida externa a longo prazo (ver tabela I). Em outras palavras, esses países reembolsam mais do que está sendo emprestado para eles. Deste serviço da dívida, mais da metade é representada pelo pagamento dos juros (sendo o restante a amortização do principal). Por conseguinte, só poderia ser pago pelas exportações de bens e serviços se 20% fossem reservados para isso (até a Coreia reserva 13% para este serviço). Porém, no final da década de 70, o balanço de transações correntes é deficitário para os NPIs. Desde 1980, portanto, estes países só conseguem o equilíbrio de seus balanços de pagamentos através de empréstimos de curto prazo.

Esta tendência do financiamento do déficit, em direção a formas cada vez mais voláteis, é excessivamente perigosa. Funcionou porque existia uma fonte de criação monetária sem controle legal: o euromercado. Esta criação sem controle de moeda de crédito baseava-se na aposta de que a expansão dos NPIs iria continuar. Retomando a palavra de C. A. Michalet, "é a ausência de 'regulação' (no sentido americano da palavra, ou seja 'regulamentação') do sistema bancário privado transnacional que permite uma 'regulação' (no sentido francês, um ajuste antecipado da demanda e da produção) do sistema capitalista mundial".

O fato de não haver limite legal à criação monetária internacional não desobriga a moeda de crédito privada do dever de ser garantida pela moeda de crédito oficialmente reconhecida, como padrão monetário, por potentes Estados industriais. Ora, os anos 70 são testemunha, justamente, dos fortes déficits comerciais americanos compensados pela emissão discricionária de dólares. Estes dólares constituem, de certa maneira, a "base" da criação da massa monetária transnacional. Os empréstimos do sistema bancário internacional, validando por antecipação o crescimento dos NPIs, são, assim, parcialmente "pseudovalidos" pela monetização das dívidas garantidas pelo Federal Reserve americano. Porém, este "laxismo" monetário americano, que ocorreu nos anos Carter (com exceção da primeira ofensiva monetarista do fim de 79 - começo

de 80), inscreve-se nos marcos de uma política keynesiana mais geral, que contribuiu para manter o crescimento - enfraquecido, mas ainda substancial - da demanda global nos países centrais.

Assim, nos anos 70, são criadas condições "milagrosas" para o êxito da "nova industrialização":

- o *fordismo* está em crise no Centro, pelo lado da produtividade, enquanto permanece vigoroso na periferia. As ampliações da produtividade estão reduzindo-se e são mais do que compensadas pelas ampliações dos custos salariais;

- apesar desta crise do *fordismo*, os Estados centrais continuam uma política keynesiana de sustentação da demanda, que oferece aos NPIs fatias do mercado em crescimento;
- a existência de eurodólares, combinada com uma política frouxa de emissão monetária nos EUA (também na RFA e no Japão) permite o investimento nos NPIs, com crédito fácil.

As duas últimas condições desaparecerão com a hegemonia do monetarismo no Centro. Voltaremos a este ponto, que constitui o centro desta exposição. Mas não se pode esquecer a fragilidade da primeira condição, os fatores internos que, mesmo na ausência de elementos exógenos recessivos, teriam conduzido à crise do *fordismo periférico*.

### Os fatores internos da crise

Os fatores gerais (e, portanto, locais também) da crise do *fordismo* são efetivamente agravados pelos seus caracteres especificamente periféricos.

No que diz respeito ao processo de trabalho, permanecem, de maneira mais ou menos atenuada, os problemas da substituição de im-

portação dos anos 60: dificuldade de atingir os níveis de produtividade do Centro (largamente compensada pela diferença dos salários) e, sobretudo, custos crescentes dos bens de investimento importados, na medida em que o aparelho produtivo avança para as indústrias pesadas. Quanto às indústrias de "mão-de-obra intensiva", além do recrudescimento do protecionismo no Centro, assiste-se a uma reversão do processo de deslocamento espacial: as técnicas de baixa intensidade de capital, situadas na periferia, são objeto de uma viva concorrência das técnicas fortemente automatizadas localizadas no Centro. Isto é muito nítido na indústria têxtil (na qual a produção em massa é agora mais rentável no Centro, sendo a costura o único subsetor cuja permanência na Ásia é interessante), e a situação está mudando também na eletrônica.

\*Do lado da demanda, o relativamente fraco crescimento no Centro (típico do setor automobilístico) transforma em fator mais importante o consumo de massa derivado do crescimento dos salários na própria periferia. Certamente, a massa salarial pode estar crescendo, mas o salário real médio fica limitado pela necessidade de manter a competitividade em relação ao Centro e aos demais concorrentes da periferia: dilema imposto, por exemplo, à Coreia pela concorrência de Taiwan, a Portugal em relação à Tunísia etc. . .

\*Quanto à regulação sócio-política, está transformando-se muito rapidamente num "caos de relações sociais". Coexistem, nos NPIs, estruturas autoritárias necessárias à manutenção de taxas de rentabilidade muito elevadas nos setores exportadores. Estas são obtidas por métodos distintos no pro-

### Países em desenvolvimento não-petrolíferos e refluxo do crédito a longo prazo

TABELA I	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981
Variações dos fluxos de empréstimos (bilhões de dólares)	23,3	26,5	29,4	40,2	56	50,1	77,3	55,1
Serviço da dívida (juros e amortizações) (bilhões de dólares)	17,5	21,4	23,8	30,3	43,7	60,5	75,2	96,4
Coefficiente serviço da dívida/exportações de bens e serviços (percentagem)	11,2	13,5	12,8	13,8	17	18,3	18,2	20,8

Fonte: Javelin (1982)

cesso de trabalho (entre a quase-escravidão da agricultura exportadora, a taylorização sangüinária nos *sweats-shops* da indústria têxtil, o acesso a normas pré-*fordianas* nas indústrias pesadas). Isto se dá no mesmo momento da ascensão das classes médias urbanas e do sindicalismo independente nas fábricas, que favorecem a democratização. Ou bem, estes movimentos serão rechaçados e a repressão sustenta o regime (Coréia, Polônia), ou ele explode de maneira incontrolável (Irã), ou bem é satisfeito com mais ou menos flexibilidade (Espanha, Portugal, Brasil). Permanece, porém, precário e abre as portas para reivindicações operárias, quebrando a competitividade da "substituição de exportação".

De um ponto de vista estritamente econômico, a industrialização periférica permanecia possível enquanto o aumento da composição do capital implicado pela reestruturação industrial se traduzia por um volume de importação de bens de capital, sem dúvida, fortemente crescente, mas aceitável, se for levada em conta a facilidade do crédito internacional e as brilhantes perspectivas de exportação. Se for levado em conta, além disso, o fato de os NPIs serem dependentes do abastecimento de importantes matérias-primas e de exportarem algumas, a estabilidade do modelo, numa década, parece retrospectivamente milagrosa.

Há dez anos, o *fordismo* central sobrevive à sua própria crise, latente a partir do fim da década de 60 e aberta pelo catalisador do primeiro choque do petróleo. Conseguiu sobreviver mantendo as formas da "regulação monopolista". De um lado, a manutenção e também o crescimento do poder aquisitivo da massa salarial (apesar da desindustrialização) e, sobretudo, o acréscimo de empregos no setor terciário e de salários indiretos, impediram a queda cumulativa da demanda e da produção. Do outro, a "monetização dos créditos" - principalmente dos direitos, que os países da Opep detinham contra a produção do Centro - permitiu evitar a desvalorização dos capitais abalados pela crise, e possibilitou também o financiamento de novos investimen-

tos, apostando simplesmente na hipótese de que a acumulação mundial voltaria a expandir-se. Já vimos que o desenvolvimento do *fordismo periférico* está baseado nesta aposta e que, como sempre, ele contribui parcialmente para concretizá-la.

O monetarismo consiste, essencialmente, na não-aceitação desta aposta. Trata-se de uma decisão de abrir a crise, de questionar a partilha do valor adicionado entre *capitalistas* e assalariados, de não financiar mais com empréstimos os capitais não-rentáveis e os consumidores insolventes. Isso tudo em nome do místico "saneamento", como se, rasgando deliberadamente as malhas da rede de segurança que evitavam o desmantelamento do padrão de crescimento (que tinha chegado ao seu limite), fosse possível liberar um novo regime de acumulação, milagrosamente planejado pela "mão invisível do mercado" e este regime imaginário nada queria além de sua libertação em relação ao keynesianismo, como as forças produtivas querem se libertar do "envelope caduco das antigas relações da produção", na vulgarização marxista.

### A marcha ao abismo

O ataque contra a renda dos assalariados no Reino Unido e depois, nos EUA, e o aumento deliberado da taxa de juro, com o intuito de desacelerar a criação de moeda de crédito, foram as duas alavancas principais desta política. A regulação da criação de moeda internacional depende crucialmente da "base" (a moeda US detida pelos não-residentes) e da taxa de juro no mercado americano. De fato, o volume da *hot money*, aquele que vagabundeia de país em país em função da maior remuneração, tornou-se tão importante que a taxa de juro nos EUA (apoiada na da libra esterlina) foi imposta praticamente a todos os bancos centrais que procuravam proteger seus respectivos balanços de pagamentos (17). E esta moeda "errante" (essencialmente constituída por petrodólares emprestados e reemprestados) era justamente aquela que financiava o crescimento dos NPIs, com a recusa da "austeridade" pelos países do

Centro com déficit comerciais.

Queriam um "saneamento", pois foi um saneamento mesmo. Em 18 meses, o thatcherismo aniquilou todo o crescimento industrial do governo trabalhista Callaghan (-15%), e, em três trimestres, a reagonomia anulou o crescimento do período Carter (-10%). O que sobrava de crescimento no Centro foi destruído. Até nos países mais social-democratas e no exportador mais competitivo (o Japão). Essa recessão generalizada provocou, em alguns meses, a queda da demanda de matérias-primas, inclusive do petróleo. Por isto, os excedentes da Opep se esgotaram, mas o vôo da valorização do dólar, dopado pelo aumento das taxas de juro, não deu trégua nenhuma, quanto ao preço do petróleo, para os importadores, agravando, ao mesmo tempo, a recessão nos EUA.

A crise dos NPIs era inevitável. Os mercados "externos", basicamente os centrais, contraem-se, no momento em que eles devem reembolsar os empréstimos e no momento em que o preço do petróleo (para os que não eram exportadores) continua crescendo. Vimos que, desde 1980, todos os NPIs rolavam a dívida com créditos de curto prazo. É neste exato momento que, por causa do esgotamento dos excedentes da Opep e da elevação das taxas de juro, a sobreliquidez mundial dos anos 70 transforma-se em penúria de capitais: os dólares tornam-se raros e caros.

A crise atinge um nível dramático que, pela primeira vez, evoca a depressão dos anos 30, apesar da força da regulação monopolista sob o monetarismo. Durante três anos seguidos, o crescimento é paralisado no Norte e, pela primeira vez, desde o começo dos anos 70, também no Sul, principalmente nos NPIs. O comércio internacional, que continuava crescendo em 5%-6% no final dos anos 70, contrai-se, em 1981, em cerca de 3% (em volume). Em 1982, a renda per capita diminui no Oriente Médio, na América Latina: até então, ela diminuía "somente" na África (se é que nos podemos atrever a falar assim). A demanda mundial, interna e externa, apagou-se e, neste ano, os países do Terceiro Mundo (essen-

cialmente os exportadores industriais) deviam pagar US\$ 80 bilhões relativos à dívida de longo prazo. Provavelmente algo em torno de US\$ 200 bilhões, se forem levados em conta os créditos de curto prazo.

Todos os países que apostaram na exportação como forma de pagamento de dívida (da Polônia até o México, passando pelo Chile de Pinochet - o país de maior relação dívida/população) ficaram, de fato, em situação de moratória. Resumida pelo gráfico I, a armadilha apanhou a "nova industrialização".

"E o segundo choque petrolífero?", pode perguntar-se. "Não foi ele, mais do que o 'choque monetarista', que arruinou a nova industrialização?" Sem dúvida, teve alguma responsabilidade neste assunto, e notadamente na evolução dos governos "centrais" em direção ao monetarismo. Mas observemos, antes de tudo, que o primeiro choque, ao contrário, tinha provocado a generalização da "nova industrialização", e que o México e a Venezuela poderiam ter-se aproveitado deste segundo choque. O *OECD Observer* (janeiro de 83), apesar de atribuir importância a este fator, divulga dados relativizando bastante esta interpretação (tabela II). De fato, foi em 1980 que o custo dos juros deu um pulo (primeira ofensiva monetarista) e, em 1981, desabava o preço das exportações, para, em 1982, mergulhar no crescimento, em volume, das exportações.

## Choque monetarista

Resultado: segundo o *Relatório do Banco Mundial*, de 1983, os termos de troca (índice dos valores unitários das exportações/índice dos valores unitários das importações) dos "países de renda intermediária importadores de petróleo" se deterioraram, no período 1979-1982, em 10,7%, contra 9,7%, depois do "primeiro choque" (1973-1976): portanto, as variações são da mesma ordem. Mas o poder de compra das exportações (este cociente multiplicado pelo acréscimo do volume de exportação) cresce de 2,5% para 4,5%, por ocasião do primeiro choque. A diferença entre os dois choques é que o segundo suscita não

## Evolução dos pagamentos dos juros da dívida e das exportações dos países em desenvolvimento não-participantes da Opep, 1970/1983. Dívida a médio e longo prazos.

TABELA II	1970-1973	1973-1978	1981		1983 projeção (a)		
			1979	1980	1982 estimativa (a)		
<b>JUROS E EXPORTAÇÕES</b>							
<i>(taxas anuais de variação)</i>							
Pagamento bruto de juros	20	27	40	48	31	25	10
Exportações							
- Receita	23	19	28	25	5	-6	1
- Preço	12	13	18	17	-5	-8	-2
- Volume	10	6	9	8	10	3	3
<b>CUSTO NOMINAL DOS JUROS (%)</b>							
<i>Custo corrente da dívida à taxa variável</i>							
Custo médio do fluxo de empréstimo total da dívida:	8	9	12	15	17	17	13
- Novos Países Industrializados	7	9	10	12	14	15	12
- Países de renda intermediária	4	5	6	8	8	10	10
- Países de baixa renda	3	3	3	4	4	5	5
<b>DÍVIDA ATUAL</b>							
<i>(percentagens anuais de variação)</i>							
- Novos Países Industrializados	22	26	18	16	19	17	12
- Países de renda intermediária	8	21	21	17	16	16	14
- Países de baixa renda	17	21	15	13	10	16	15

(a) na hipótese de taxas de câmbio constantes.

apenas um deslocamento como também uma contração da demanda efetiva mundial. No entanto, é notável o fato de que este crescimento do poder de compra das exportações permanece, apesar de tudo, positivo. O estrangulamento destes países situa-se, portanto, muito mais na conta financeira do balanço de pagamentos do que na conta comercial. Aliás (sempre segundo esse mesmo relatório), as variações de "preços relativos" (se assim se pode dizer), neste item, foram muito mais sensíveis. A taxa de juro "real", ou seja, a taxa a três meses deflacionada pelos preços de exportação de todos os países em desenvolvimento (portanto, inclusive os da Opep), era de 0% em 70-72, cai para -30% em 1974 (por causa do aumento do petróleo), oscila em torno de 0%, entre 75 e 78, cai somente para -10% em 79, mas sobe, de novo, até +20% em 81 e 82!

Lembremos, por fim, que o preço do petróleo passou a ser de US\$ 34 por barril numa época em que o dólar estava sendo fortemente depreciado. A valorização do dólar ampliou consideravelmente a renda petrolífera unitária e este aumento é um efeito da política monetarista do Fed.

Qualquer que seja a responsabilidade do segundo choque do petróleo na desordem do comércio internacional, e quaisquer que sejam as hipóteses sobre o que teria acontecido, se este choque petrolífero não tivesse sido seguido por um choque monetarista, não se pode negar que o aumento do preço do petróleo traduziu-se numa recessão mundial duradoura através da política monetarista.

Em todo caso, a virada monetarista do fim de 70-começo de 80 é o marco da recusa política, social, até cultural, de antecipar o fechamento do circuito da moeda, a recusa em antecipar a valorização dos capitais existentes. Porém, sabemos que a confiança no futuro projeta-se no presente através do investimento, o que contribui, por sua vez, para validar os capitais já empregados na produção de bens de produção. O monetarismo, ao declarar fechada a era da "negligência benigna" mata o que sobrava do crescimento "keynesiano" dos anos 70, que tinha permitido, apesar de tudo, ritmos de expansão industrial da ordem de 2% a 4% nos países centrais, e de 10% a 15% nos países de *fordismo periférico* (ritmos estes que não são tão ruins, num período de grande crise).

O monetarismo não quer mais garantir a recuperação dos custos do investimento, no valor antecipado. Como Shylock, o negociante de Veneza que exigia sua libra de carne, o monetarismo exige seu peso em valor validado (realizado). Assim, ele transforma em catástrofe verdadeira o que era apenas uma dolorosa inflexão, após 20 anos de crescimento alegre. Ele rasga as malhas das redes de proteção da regulação monopolista, destruindo estes potentes estabilizadores da demanda social que são as instituições do "Estado-providência". Ele vai precipitar no abismo um mundo que estava realmente progredindo, ainda que encantado pelo sonho de uma expansão a crédito.

## O monetarismo jogado fora

Júpiter enlouquece os que ele quer arruinar, mas, apesar dele, os homens fazem sua própria história. Ao cabo de dois anos de conjunção Thatcher-Reagan, tendo a produção caído em mais de 10% nos seus respectivos países, a recessão expandindo-se para o mundo inteiro, o espectro de 1930 ressurgiu no verão de 82. No entanto, a comunidade financeira internacional foi olciosamente informada da hierarquia das validações (ou melhor, das desvalorizações seletivas) à qual o Fed se quer limitar. Grosso modo, seria aceita a falência de todos os "pequenos" valores, e mesmo a dos grandes valores industriais, mas não seria permitida a quebra do sistema bancário, sejam grandes bancos ou Estados. Matar os valores em processo sem matar a confiança na moeda de crédito neles baseada...

Mais fácil dizê-lo do que fazê-lo. Pois o jogo das ante e das pseudo-validações é agora inextricável, e o risco dos bancos, no financiamento de investimentos de validade tornada duvidosa pela recessão, é considerável. Uns poucos grandes bancos privados tomaram-se os credores de última instância para os "pequenos" Estados.

As falências industriais multiplicam-se. Mas os créditos sobre esses grupos constituem uma parte notável do ativo de certos bancos.

No dia 17 de maio de 1982, o

Drysdale Government Securities vai a bancarrota: o Chase perde, assim, US\$ 258 milhões. Para acalmar o pânico, o Fed precisa injetar US\$ 3 bilhões. Junho-julho: falência do Banco Ambrosiano, maior banco privado italiano, e da sua filial luxemburguesa, endividada com o Midland Bank. O banco central italiano recusa-se a assumir suas responsabilidades implícitas (do ponto de vista da comunidade financeira), ao não reembolsar o Midland e outros bancos, que perdem nesta história US\$ 400 milhões. Julho: falência do Penn Square Bank, provocando graves dificuldades de caixa para seus credores, o Continental Illinois e, de novo, o Chase Manhattan. A questão está começando a ser colocada seriamente: a partir de que ponto os bancos centrais continuarão a "abandonar" os bancos privados, não compensando mais suas perdas?

Observemos que há já seis meses esta questão se coloca em relação à Polônia, insolvente, mas que está ainda sendo mantida "em atraso de pagamento". Fazendo isso, mantém-se a ficção, segundo a qual os bancos ocidentais que emprestaram à Polônia ainda "dispõem" do valor destes empréstimos e poderiam então, eles mesmos, reembolsar seus próprios credores. No entanto, no dia 13 de agosto, o México declara a moratória. Deve pagar US\$ 80 bilhões, dos quais US\$ 60 bilhões a 1.100 bancos ocidentais. É o *rush*. Todos os grandes endividados, como o Brasil, declaram-se, um depois do outro, sem condição de pagar os juros nem o principal. Reembolsar com quê? Não se compra mais nada deles, não se empresta mais nada para eles.

A crise que cada um temia, desenvolve-se. Ela reveste a aparência de uma "crise de dissuasão". O monetarismo coloca as firmas do "antigo padrão de desenvolvimento", e os Estados do *fordismo periférico* que nele entraram tardiamente, no limite da falência. Mas sua falência seria a de todo o sistema monetário. O monetarismo levou o mundo, e, particularmente, os Estados Unidos, à margem do abismo. E acabou sendo o monetarismo que vai ser jogado fora.

A partir de julho de 1983 o Fed abandona qualquer pretensão de controlar a massa monetária e muda seu objetivo: trata-se agora de pseudovalidar tudo, cuja desvalorização precipitaria a catástrofe. As taxas de juro (Federal Funds) caem, em dois meses, de 15% para 9%. Os representantes americanos no Bank of International Settlements e no Fundo Monetário Internacional organizam, *in extremis*, uma operação de "salvação" dos países em situação de insolvência. As eleições aproximam-se tanto nos Estados Unidos como na Inglaterra. Chegou a hora de dar-se o luxo de uma mini-recuperação: aliás, os estoques estão em um nível muito baixo, as máquinas envelhecidas, a renovação do estoque de automóveis bastante diferida. Após dois anos de recessão, de descapitalização, de desvalorização, impõe-se uma "retomada técnica"!

Esta retomada está sendo introduzida nos EUA através do keynesianismo mais liberal: *tax cuts* + despesas governamentais nas indústrias de armamento + laxismo monetário. A massa monetária M1, cujo crescimento havia sido limitado em 4%, entre o verão de 81 e o verão de 82, cresce 14% durante os 12 meses seguintes. Mas o déficit orçamentário cresce ainda mais rápido, absorvendo os capitais disponíveis e a nova moeda criada. A taxa de juro real não diminui, inibindo o investimento de prazo mais largo.

## Crédito sem garantia

Do lado dos credores: somente no que diz respeito aos três maiores devedores da América Latina (Brasil, México, Venezuela), a relação dos créditos sobre os recursos próprios dos bancos atinge 180% para o Citicorp, 183% para o Chase Manhattan, 174% para o Hanover, 148% para o Bank of America etc... (no total, trata-se de 5 a 8 bilhões por banco).

Do lado dos devedores: o México aceita (à ocasião de uma sucessão presidencial) submeter-se às exigências do FMI; o Brasil, depois de ter prometido medidas de saneamento, declara, em dezembro de 82, que não tem condições de pagar (neste ano, aliás, o serviço da dívida

atinge a ordem de grandeza de suas exportações) e assina com o FMI uma nova Carta de Intenções em janeiro, denunciada pelo próprio FMI, ao constar em maio e depois em agosto de 83 que tal Carta não foi cumprida. Assina uma outra Carta em setembro etc... Assim, de ameaças de moratória unilateral a medidas de rigor, rapidamente canceladas face às insurreições urbanas, o Brasil obtém do FMI e do BIS parcelas e mais parcelas de crédito, para a recuperação do crédito junto aos bancos privados.

De modo mais abrangente, o *Boletim do FMI* do dia primeiro de agosto de 1983 avalia em 75 bilhões o montante das dívidas renegociadas desde agosto de 1982 pelos três países citados e pela Argentina e a Polônia, aos quais acrescentam-se ainda 25 bilhões renegociados por uma dezena de outros países. É preciso informar que, nos 25 anos precedentes, apenas 13 acordos haviam sido firmados, e que os montantes mais recentes eram de 3 bilhões para a Turquia em 1979, e 4,8 bilhões para a Polônia em 1982!!

Parece óbvio que a renegociação da dívida, de um ano para cá, mudou de natureza. Não se trata mais de ajustes pontuais, relativos a um país em particular. Trata-se de reconhecer, de uma maneira ou outra, que boa parte da moeda de crédito internacional não é mais garantida por nada (mas sua escrituração na conta de lucros e perdas provocaria a quebra do sistema bancário mundial)... ou então que ela está tão congelada como o capital de um acionista nos "fundos próprios" do *fordismo* em pânico.

### A guisa de conclusão

Vários países do Terceiro Mundo estão, hoje, numa situação similar à da siderurgia francesa, e talvez, à da indústria termonuclear amanhã. Certamente, desperdiçaram parte dos créditos, mas, antes de mais nada, investiram. Investiram num modelo de desenvolvimento extremamente contestável do ponto de vista social e cultural; porém a comunidade financeira mundial inteira os convidava e até os obrigava a adotá-lo.

Este modelo entra em crise porque o investimento se revela sem mercado. Quando isto ocorre a uma empresa, duas são as alternativas: ou ela é "limpa" e o síndico reparte a massa falida entre os credores prioritários ou socializa-se sua dívida com sucessivas subvenções, injeções de crédito ou através da nacionalização. No caso de uma grande empresa, geralmente se opta pela segunda possibilidade.

A "limpeza" possui seus partidários: "Não seive para nada dizer que este método é praticamente irrealista", escreve o *Banker*. "As revoluções também são um processo de ajuste. Um país pode tentar qualquer coisa, exterminar boa parte de sua população, mas não escapará de limitar seus gastos ao nível que lhe permitem seus recursos, caso não possa obter empréstimos nem subvenções, e caso suas reservas estejam esgotadas." Tal é, provavelmente, o projeto de boa parte da comunidade financeira internacional: negociar (mediante ágios) um reescalonamento do serviço da dívida, e reinvesti-lo em outro lugar. Estes planos de reescalonamento (do tipo Rohatyn ou Zombanakis) têm a vantagem de evitar o catastrofismo imbecil dos Shyloks monetaristas, mas, ao fazê-lo, apenas empunham a porta, hoje aberta, da inaniência deste monetarismo, e cobram das massas populares do Sul os sacrifícios impostos pelos governos do Norte, nos anos 79-82, a seus povos.

No outro extremo, a ameaça da pura e simples anulação da dívida (ou da moratória perpétua). Afinal de contas, a URSS nunca pagou os empréstimos russos, nem a Alemanha seus prejuízos de guerra, e o sistema financeiro mundial não arrebentou por causa disso. Foram os pequenos arrendatários franceses que pagaram, através da anulação do seu patrimônio. Mas como, na época da pura moeda de crédito, poderia ser fechado o buraco existente na contabilidade dos grandes bancos credores? Os bancos europeus começaram desde já a elevar as provisões para as perdas de seus haveres contra a Polônia. Mas isso se traduz por um aumento de sua taxa de juro real, que tem peso no investimento novo.

Outra solução: a fim de não provocar a falência dos bancos ou de não degradar sua capacidade de empréstimo, pode-se cobrir o buraco do Terceiro Mundo através de uma carteira de compensação, alimentada por impostos arrecadados nos países industriais desenvolvidos. Generosa iniciativa, não sem fundamentos econômicos, mas cuja credibilidade política parece fortemente questionável.

Diante de um impasse desses, o mais razoável parece ser a continuação, como de costume, da monetização das dívidas, esperando que, assim, boa parte dos investimentos imprudentemente comprometidos possa ter condições de achar os mercados que esperava, e que a desvalorização da outra parte possa ocorrer em meio de um (pequeno) aumento da inflação mundial. Concretamente: distribuir gratuitamente ao Terceiro Mundo endividado uma certa quantidade de papel-moeda mundial, de Direitos Especiais de Saque. Solução à qual o FMI adere aos poucos, "falando discretamente a favor de um aumento de liquidez para todos" (21), ainda que exigindo dos mais endividados os "ajustes" mais severos (sempre em detrimento do mercado interno). Posição essa muito contraditória. Um "ajuste" em direção à exportação apenas agravaria o perfil estrutural dos NPIs, o que os levou à crise de 81-82, na ausência de uma retomada vigorosa e firme da demanda mundial.

Na realidade, a anulação (pela monetização das dívidas) dos déficits, ampliados pelo choque monetarista, somente faz sentido se não reconduzir ao modelo anterior. Se isto criar espaço para um retorno dos Novos Países Industrializados a um padrão de desenvolvimento menos ligado aos sobressaltos de um *fordismo* central agonizante, mas antes orientado para um consumo poupador de bens importados e apoiando-se sobre formas de produção mais intensivas na utilização dos recursos locais, o padrão de acumulação será menos dependente dos aleatórios mercados externos. Mas isto supõe mutações na ordem econômica internacional e transformações sociais internas que ultrapassem em muito a questão econômica.